

TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR

Edital 09/2025 – DIGAP	
Título e Código do Projeto	UNESCO 914BRZ1115 - Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas educacionais frente às metas do Plano Nacional de Educação – PNE e do Plano de Ações Articuladas - PAR
Local(s) de Trabalho	Brasília - DF
Período do contrato:	11 meses
Número de vagas:	02 (duas) vagas
Enquadramento no Prodoc	Atividade 1.1.3 - Realizar estudo de diagnóstico das ações pactuadas entre o FNDE e os entes federados apontando entraves e indicando proposta de aprimoramento dos resultados para gestão educacional; formação de professores, dos profissionais de serviço e apoio escolar; práticas pedagógicas e de avaliação e infraestrutura física ou recursos pedagógicos

1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Considerando o papel da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais – DIGAP na execução de políticas públicas por meio do Plano de ações Articuladas, propõe-se avaliar e fortalecer as ações executadas, visando potencializar resultados abrangidos do Programa, em consonância com as metas do Plano Nacional de Educação.

O Plano de Ações Articuladas (PAR) é uma estratégia de assistência técnica e financeira iniciada pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, fundamentada no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que consiste em oferecer aos entes federados um instrumento de diagnóstico e planejamento de política educacional, concebido para estruturar e gerenciar metas definidas de forma estratégica, contribuindo para a construção de um sistema nacional de ensino. Para a realização dos produtos visando o alcance dos resultados esperados, faz-se necessária a contratação de consultoria especializada para desenvolver estudos aprofundados sobre a relação entre a infraestrutura escolar e os resultados acadêmicos em escolas de tempo integral, abrangendo diferentes estados e etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio).

O FNDE e outras instâncias de gestão educacional têm priorizado a implementação de escolas de tempo integral como estratégia de melhoria dos resultados educacionais. No entanto, para garantir a eficácia dessas iniciativas, é essencial compreender como a infraestrutura física das unidades escolares impacta o desempenho dos estudantes e a qualidade do ensino.

Assim, a contratação de consultores especializados é fundamental por diversos motivos:

1. Caráter técnico e multidisciplinar dos estudos;
2. Foco regional e contextualização local;
3. Suporte à tomada de decisão e planejamento estratégico;
4. Integração com objetivos nacionais de educação.

Diante do exposto, a contratação dos consultores técnicos é imprescindível para a realização de estudos abrangentes e criteriosos sobre a relação entre infraestrutura escolar e desempenho

acadêmico nas escolas de tempo integral. Os documentos elaborados irão subsidiar políticas públicas educacionais mais eficientes e orientadas por evidências, beneficiando diretamente alunos, professores e gestores das redes de ensino.

2 - ENQUADRAMENTO NO PRODOC

Resultado 1.1: Normas e recomendações aplicadas a assistência técnica e financeira da DIGAP no âmbito do PAR referentes às ações de gestão educacional; formação de professores, dos profissionais de serviço e apoio escolar; práticas pedagógicas e de avaliação e infraestrutura física e recursos pedagógicos revisadas.

Atividade 1.1.3 - Realizar estudo de diagnóstico das ações pactuadas entre o FNDE e os entes federados apontando entraves e indicando proposta de aprimoramento dos resultados para gestão educacional; formação de professores, dos profissionais de serviço e apoio escolar; práticas pedagógicas e de avaliação e infraestrutura física ou recursos pedagógicos;

3 - ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

As atividades 1 a 10 são comuns aos dois consultores para a elaboração dos Documentos A ao D

Atividade 1 Identificar e catalogar fontes de dados relevantes (INEP, SIMEC, SIGEF, plataformas estaduais);

Atividade 2 Levantar dados sobre infraestrutura escolar: número de salas, áreas de convivência, quadras, bibliotecas, refeitórios, laboratórios e tecnologias disponíveis;

Atividade 3 Consultar relatórios do FNDE, MEC e órgãos estaduais de educação;

Atividade 4 Conduzir entrevistas com os atores envolvidos;

Atividade 5 Realizar reuniões de alinhamento sobre as entregas com o FNDE;

Atividade 6 Elaborar questionários para levantamento de percepções sobre a infraestrutura;

Atividade 7 Consolidar e organizar os dados coletados em planilhas e relatórios parciais;

Atividade 8 Realizar análises quantitativas e qualitativas, cruzando infraestrutura com desempenho acadêmico;

Atividade 9 Identificar padrões e divergências nos dados;

Atividade 10 Estruturar cada documento de forma clara, com introdução, metodologia, análise e conclusões;

Atividades a serem desenvolvidas para a elaboração do Produto E

Atividade 1 Destacar os principais achados dos Documentos A ao D e suas implicações para a melhoria da infraestrutura e do desempenho escolar;

Atividade 2 Sugerir boas práticas e recomendações baseadas nos resultados obtidos.

4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Consultor 1

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento técnico A contendo estudo acerca da relação entre infraestrutura escolar e resultados acadêmicos nas escolas de tempo integral no estado do Acre (anos iniciais do ensino fundamental).	35 Dias

Documento técnico B contendo estudo acerca da relação entre infraestrutura escolar e resultados acadêmicos nas escolas de tempo integral no estado do Rio de Janeiro (ensino infantil).	100 Dias
Documento técnico C contendo estudo acerca da relação entre infraestrutura escolar e resultados acadêmicos nas escolas de tempo integral no estado do Mato Grosso (anos iniciais do ensino fundamental).	170 Dias
Documento técnico D contendo estudo acerca da relação entre infraestrutura escolar e resultados acadêmicos nas escolas de tempo integral no estado do Santa Catarina (ensino infantil).	240 Dias
Documento técnico E contendo relatório final com comparativo entre os resultados e evidências identificadas, incluindo a proposição de boas práticas e recomendações voltadas à melhoria da infraestrutura educacional e ao aprimoramento do desempenho escolar, com base nos resultados obtidos nos estudos realizados nos Produtos A ao D.	320 Dias

*as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Consultor 2

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento técnico A contendo estudo acerca da relação entre infraestrutura escolar e resultados acadêmicos nas escolas de tempo integral no estado do Rondônia (anos finais do ensino fundamental).	35 Dias
Documento técnico B contendo estudo acerca da relação entre infraestrutura escolar e resultados acadêmicos nas escolas de tempo integral no estado do Espírito Santo (ensino médio).	100 Dias
Documento técnico C contendo estudo acerca da relação entre infraestrutura escolar e resultados acadêmicos nas escolas de tempo integral no estado do Pará (anos finais do ensino fundamental).	170 Dias
Documento técnico D contendo estudo acerca da relação entre infraestrutura escolar e resultados acadêmicos nas escolas de tempo integral no estado do Rio Grande do Sul (ensino médio).	240 Dias
Documento técnico E contendo relatório final com comparativo entre os resultados e evidências identificadas, incluindo a proposição de boas práticas e recomendações voltadas à melhoria da infraestrutura educacional e ao aprimoramento do desempenho escolar, com base nos resultados obtidos nos estudos realizados nos Produtos A ao D.	320 Dias

*as datas serão contadas da assinatura do contrato.

5 - INSUMOS

Ao consultor será dado o apoio e material técnico necessário para o desenvolvimento dos

trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão, ainda, ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias, se necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

6 - PROCESSO SELETIVO

Para o processo seletivo, será constituída uma comissão específica, cujos trabalhos serão realizados em consonância com este Termo, com as normas aplicáveis e em estreito alinhamento aos princípios aplicáveis à Administração Pública.

A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada, obrigatoriamente por um servidor da área de Cooperação Internacional do FNDE, um servidor da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGPEO), um representante que possua capacidade técnica no objeto; o Organismo Internacional Cooperante será convidado a participar do processo de seleção.

A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

6.1 Análise curricular:

- a) Nesta etapa será realizada somente a análise curricular;
- b) Os interessados deverão realizar o cadastro dos currículos na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) e submeter sua candidatura na plataforma nas datas previstas no edital. Os anexos não serão considerados na análise curricular;
- c) Serão desconsiderados os currículos remetidos em desacordo com estas exigências e/ou fora do prazo estipulado no edital;
- d) Somente serão aceitos currículos cadastrados na plataforma Roster, submetidos/inscritos para o edital referente ao presente Termo de Referência, em português do Brasil;
- e) Os currículos enviados fora do período indicado serão desconsiderados. Não serão aceitos currículos enviados por e-mail ou outro meio que não seja via plataforma Roster.
- f) Candidaturas encaminhadas tempestivamente via plataforma Roster serão analisadas pela Assessoria de Cooperação Internacional do FNDE, podendo contar com auxílio da CGPEO e de representantes que possuem capacidade técnica no objeto.
- g) A análise curricular valerá 70 (setenta) pontos, os quais serão distribuídos conforme o Item "TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO" deste edital.

6.2 Entrevista:

- a) Participarão da fase das entrevistas os candidatos que obtiverem a maior pontuação da etapa da análise curricular. Serão entrevistados até o triplo de candidatos em relação ao número de vagas; salvo se houver empate nesta fase, caso em que poderão ser entrevistados além do triplo;
- b) A habilitação para o candidato seguir para a etapa de entrevista é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70% da pontuação referente à análise do currículo, ou seja, no mínimo 49 pontos;
- c) As entrevistas serão realizadas por videoconferência ou telefone, podendo ocorrer, ainda,

presencialmente, em Brasília, no Edifício sede do FNDE, a critério da Comissão de Seleção;

- d) As convocações para as entrevistas serão realizadas pelo e-mail que constar no currículo cadastrado na plataforma Roster;
- e) A entrevista valerá até 30 (trinta) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;
- f) A Comissão avaliará, dentre outros, o domínio do candidato em relação ao objeto da consultoria, sua desenvoltura na articulação de temas e ideias, o conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, bom relacionamento interpessoal, assim como a capacidade para trabalho em equipe. Além disso, será observado o interesse especial no trabalho desenvolvido pelo FNDE/MEC, no tocante às políticas de melhoria da educação nacional.

6.3 Análise documental/convocação:

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas de Análise Curricular e Entrevista, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) A habilitação para fins de contratação é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70 pontos do total somados nas etapas de Análise curricular + Entrevista não podendo, o candidato, zerar a fase de entrevista;
- c) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- d) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado e comunicado à Comissão de Seleção;
- e) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação e formação Profissional”, “Experiência Profissional”, quanto aos requisitos obrigatórios e desejáveis, conforme exigido no item “Requisitos mínimos de Qualificação”;
- f) A experiência e/ou conhecimento profissional exigidos neste edital poderá ser comprovada com evidências da publicação de artigos científicos ao longo da trajetória profissional, apresentadas por meio de documentos como carteira de trabalho e/ou contratos de prestação de serviços, projetos de pesquisa concluídos ou em andamento, publicações relevantes, certificados, declarações, Currículo Lattes atualizado e quaisquer outros registros formais que atestem as experiências;
- g) também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- h) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- i) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- j) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- k) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- l) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

6.4 Dos critérios de desempate

Em caso de empate na pontuação final, terá preferência o candidato que obtiver a maior pontuação na soma dos requisitos de experiência desejáveis.

Persistindo o empate, dar-se-á preferência sucessivamente ao candidato que apresentar maior pontuação no item 3 da entrevista: "Domina os assuntos relativos ao objeto da contratação prevista no TR".

7. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

7.1. Obrigatórios:

- a. **Formação Acadêmica:** Certificado, devidamente registrado, de conclusão de Doutorado em Educação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
- b. **Experiência profissional** de, no mínimo, 2 anos em desenvolvimento de pesquisas, produções acadêmicas e/ou publicações de artigos científicos no âmbito educacional.

7.2 Desejável

- a. **Experiência profissional** de 2 anos em atuação em instituições de ensino básico e/ou superior, no âmbito público ou privado.
- b. **Experiência profissional** de 1 ano em sistemas do governo federal ou estadual relacionados ao acompanhamento e execução de políticas públicas ou gestão educacional.

8 - TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Críticos de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato				
1	Formação acadêmica	Obrigatório que possua certificado, devidamente registrado, de conclusão de Doutorado em Educação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.	Requisito eliminatório	
2	Experiência do candidato	É obrigatória experiência profissional de, no mínimo, 2 anos em desenvolvimento de pesquisas, produções acadêmicas e/ou publicações de artigos científicos no âmbito educacional.	[100%] 30 pontos: 4 anos ou mais [85%] 25,5 pontos: 3 anos [70%] 21 pontos: 2 anos	30

		É desejável experiência profissional de 2 anos em atuação em instituições de ensino básico e/ou superior, no âmbito público ou privado.	[100%] 20 pontos: 4 anos ou mais [85%] 17 pontos: 3 anos [70%] 14 pontos: 2 anos	20
		É desejável que possua experiência profissional de 1 ano em sistemas do governo federal ou estadual relacionados acompanhamento e execução de políticas públicas ou gestão educacional.	[100%] 20 pontos: 3 anos ou mais [85%] 17 pontos: 2 anos [70%] 14 pontos: 1 ano	20
3	Entrevista	1. Apresenta cordialidade, polidez, atenção e objetividade.	[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	5
		2. Expressa-se bem, possuindo boa fluência verbal, clareza na exposição de assuntos/argumentos e capacidade de raciocínio.	[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	5
		3. Domina os assuntos relativos ao objeto da contratação prevista no TR.	[100%] 20 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito; [85%] 17 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito; [70%] 14 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	20
TOTAL DE PONTOS				100

9 – DISPOSIÇÕES GERAIS

A UNESCO contrata consultores especialistas quando existe uma necessidade temporária, de curto prazo e de caráter não continuado, em conformidade com seu manual de recursos humanos e demais regras e procedimentos administrativos e, em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados



os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

A execução dos trabalhos previstos neste TOR – Termo de Referência – não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004. Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

10 – LOCAL DE TRABALHO: Brasília - DF

Brasília/DF, outubro de 2025.